



Jornal do Sintcom-PR

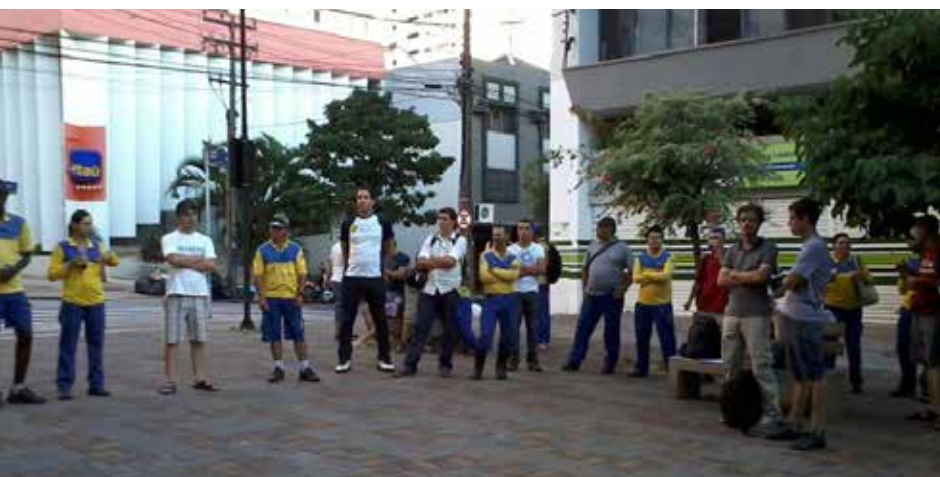


n° 12 | Março 2014 |

Resistência com a base - Gestão 2013/2016 |

www.sintcompr.org.br

MAIOR QUE A TRISTEZA DE NÃO TER VENCIDO, É A VERGONHA DE NÃO TER LUTADO!



 EDITORIAL

Balanço da greve

Depois de 43 dias de intensa luta contra a precarização e a privatização do nosso plano de saúde, a Justiça entendeu que a Empresa aparentemente não descumpriu o Acordo Coletivo quando implantou o Postal Saúde sem discutir com os trabalhadores. Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) provaram sua submissão à ECT e ao governo do PT e ainda declararam a greve abusiva.

Sem a garantia de manutenção do nosso maior benefício, o

Histórico de luta em defesa do Correios Saúde

Há muito tempo a Empresa vem precarizando os serviços do Correios Saúde e tentando abrir brechas no acordo coletivo para conseguir aplicar suas alterações de flexibilização e privatização. Em maio de 2013, uma reunião da Diretoria Executiva da ECT alterou a modalidade de gestão do plano de saúde de “autogestão em RH” para “autogestão pessoa jurídica vinculada” e faz a associação à caixa de assistência Postal Saúde. Essa mudança foi feita sem passar por comissão paritária, conforme previa o então Acordo Coletivo vigente. Ao invés de promover um debate amplo e transparente que envolvesse a categoria nesta decisão, criaram o Postal Saúde “por baixo dos panos”, sem que os ecetistas soubessem de nada.

Logo em seguida, a Fentect ingressou com uma ação que pedia que a criação do Postal Saúde fosse considerada ilegal. Desde então, pelo menos cinco audiências e julgamentos foram marcados, mas foram adiados pela Justiça sem qualquer justificativa aceitável. Enquanto isso, a ECT impôs o Postal Saúde, mesmo contra a vontade da categoria, e no final do ano passado transferiu de vez a gestão do nosso convênio. A mudança logo veio acompanhada por inúmeros relatos de cobranças de procedimentos em todo o Brasil, com valores que nunca antes foram cobrados.

Paralelo a isso, foi montada a tal Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Nela, a Empresa se recusou a discutir as alterações que estavam sendo feitas no plano de saúde, afirmando que o Postal Saúde já estava implantado, os trabalhadores querendo ou não. Confirmada a intransigência completa da ECT, vários sindicatos

Correios Saúde, é impossível não sair dessa paralisação com um sentimento de perda. Mas, ao contrário do que a Empresa e seus capachos na categoria querem nos fazer acreditar, não fomos irresponsáveis ou ignorantes por confiarmos na força da luta. A greve foi o nosso último instrumento possível para tentar barrar mais essa retirada de direitos por parte da ECT! Irresponsáveis foram aqueles que viram que podíamos perder o nosso maior benefício e boicotaram a luta! A pergunta que fica é: porque não conseguimos impedir a implantação do Postal Saúde?

tos e a Fentect decidiram não participar da mesa e o único caminho possível foi a deflagração da greve.

A verdade é que durante toda a paralisação, os trabalhadores grevistas lutaram sozinhos contra a Empresa, o governo, os pelegos e a Justiça. Nesse embate, cada ator desses teve seu papel.

Truculência do governo do PT

A alteração “apenas” do modelo de gestão é uma prática recorrente do atual governo petista com suas estatais: atrás de mudanças aparentemente burocráticas e administrativas se esconde a privatização. Medidas como essa visam apenas reduzir os gastos da empresa mantenedora – no caso, a ECT – e aumentar o lucro da empresa que passa a gerenciar o serviço. A preocupação com a qualidade e com os trabalhadores fica cada vez mais longe!

Em suas campanhas eleitorais, o Partido dos Trabalhadores criticava duramente as privatizações do governo FHC. Anos depois, os governos petistas seguiram pelo mesmo caminho que um dia criticaram. O resultado é que serviços públicos essenciais estão nas mãos da iniciativa privada, que se preocupam não em prestar o melhor serviço, mas em lucrar o máximo possível. E o que fica a cargo do Estado é sucateado cada vez mais...

Durante a greve, a senadora Gleisi Hoffmann (PT) afirmou que o Correios Saúde já está praticamente privatizado e que os trabalhadores deveriam usar o SUS, o que causou mais revolta nos trabalhadores. Essa fala confirma a política petista na ECT: cortam-se os gastos com o convênio médico, que é a mesma coisa que precarizar e privatizar, abrem a cobrança de mensalidades e, impossibilitados de pagar, os ecetistas vão mesmo acabar no SUS.

Para além do projeto político geral, o PT está tremendo diante de grandes mobilizações em ano de Copa e de Eleições. Por isso aumenta a repressão e a intransigência. Esse é o papel do Governo Federal e do partido que não é mais dos trabalhadores.

Empresa autoritária

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma empresa da ditadura, criada em 1969, que foi presidida por militares até 1985. Uma empresa que foi fundada nesses termos, com certeza é autoritária até hoje.



Expediente

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas e Similares do Paraná | **Resistência com a base - Gestão 2013/2016** | **Endereço:** Rua Eng. Rebouças, 1595, Rebouças | CEP 80.230-040, Curitiba | (41) 3222.5024
E-mail: sintcompr@sintcompr.org.br | **Site:** www.sintcompr.org.br
Comunicação: Thaise Mendonça (DRT 8696/PR)
Projeto Gráfico e Diagramação: Patrícia Herman

Subsedes Interior

Londrina

Av. Paraná, nº 102, sala 07
 (43) 3321.2234 | londrina@sintcompr.org.br

Cascavel

Rua Paraná, 2361, sala 402
 (45) 3035.1494 | cascavel@sintcompr.org.br

Maringá

Rua Santos Dumont, 2675, sala 5
 (44) 3026.2074 | maringa@sintcompr.org.br

Ponta Grossa

Rua Tenente Hínon Silva, 448
 (42) 3222.8531 | pontagrossa@sintcompr.org.br

Vimos dezenas de reflexos disso nessa greve. A falta de respostas aos ofícios da Fentect que pediam reuniões de negociação, os constantes informativos mentirosos que tentavam acabar com a greve, as tentativas de negociações regionais que visavam dividir a categoria e passavam por cima das representações nacionais, o corte do Vale Alimentação apenas dos ecetistas que aderiram à paralisação, a impossibilidade de falar sobre o Postal Saúde em qualquer espaço, entre outros.

E também vemos dezenas de reflexos da ditadura no nosso dia-a-dia. São condições de trabalho extremamente precárias, pras quais a ECT faz vista grossa, QI de gerentes cada vez mais truculentos, um salário de miséria que não dá conta das nossas necessidades, uma jornada de trabalho extensiva e exaustiva, a falta de segurança, manuais intermináveis que os trabalhadores só passam a conhecer quando são punidos... É tanto problema que ficamos doentes e precisamos de um bom plano de saúde!

Mas a Empresa se recusa a assumir a culpa por isso. E por quê? Porque a ECT possui como interesse central o lucro e vê os direitos conquistados pelos trabalhadores como gastos, assim como as empresas privadas. Nesse sentido, o Correios Saúde não é nada mais do que uma despesa para a Empresa e, se for possível se livrar dele, melhor. Ela só não se livra dos próprios trabalhadores porque nós somos toda a sua fonte de lucro.

Justiça submissa aos interesses dos patrões

Em poucas palavras, a Justiça assumiu seu papel de capacho da Empresa e do Governo Federal. Primeiro empurrando com a barriga a ação movida pela Fentect em 2013. Depois legitimando o ataque da ECT e contradizendo sua própria decisão anterior!

A política por traz do julgamento se expressou nas falas de que o desconto dos dias parados deveria ser uma punição didática para os trabalhadores. Ou seja, fazer greve é um direito, mas é errado. Essa é a política de atrelamento do Governo que, não por acaso, indicam os ministros ao TST. O Ministro Fernando Eizo Ono, por exemplo, foi indicado para o cargo em 2007 pelo então presidente Lula. Será que ele daria um voto contrário ao partido que o indicou?

Os juízes assumiram claramente que estavam sendo feitas modificações no plano de saúde, mas que “aparentemente” não deveriam ser objeto de comissão paritária. “Substancialmente” não houve descumprimento de acordo, mas seria necessária uma averiguação mais detida. Ou seja, num discurso cheio de ressalvas e pondera-



ções, o TST não se omitiu, mas assumiu que está do lado do patrão.

O boicote promovido pelos pelegos

Os sindicatos que são dirigidos por grupos políticos ligados ao Governo Federal, como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia claramente boicotaram a luta. Enquanto nosso convênio médico era levado de um lado e fazíamos a luta, do outro esses traidores da categoria se esbanjaram com migalhas pra sindicalista na MNNP. Ganharam concessão do vale-extra e manutenção da assistência médica para si próprios, em troca de obedecer às ordens de seus partidos políticos, que não querem greve em ano eleitoral.

O papel dos pelegos, dentro e fora dos sindicatos, foi de boicotar, desestabilizar, desmobilizar, ou seja, cumpriram o papel da Empresa dentro da própria categoria.

A greve foi longa e levada à justiça também por causa disso. 18 bases sindicais lutaram sozinhas contra esse golpe do governo e da ECT, que acabaram ficando à vontade para mostrar toda a sua intransigência e não abrir nenhum canal de negociação. Mas se os sindicatos tivessem encampado a paralisação ou se as bases desses sindicatos tivessem conseguido passar por cima da passividade das direções, como ocorreu na Bahia, a Empresa teria, sim, recuado nesse ataque.

Vale lembrar o exemplo dos trabalhadores da limpeza urbana no Rio de Janeiro que, neste ano, conquistaram um reajuste salarial passando por cima de sua direção sindical pelega. Sem a luta desses garis, não haveria conquista!

A garra dos lutadores fez toda a diferença

Desde o início desse processo, a Fentect, única e legítima representante nacional dos trabalhadores, vem denunciando as investidas da Empresa contra o nosso maior benefício. Se moveu juridicamente apontando a ilegalidade do Postal Saúde e tentou pautar as discussões sobre o plano desde a última Campanha Salarial. Depois que a ECT se recusou a negociar, a Federação organizou duas Plenárias Nacionais para articular a categoria e organizar a greve. Cruzar os braços foi a última e necessária saída para tentar barrar essa perda.

Enquanto alguns sindicatos se recusavam a sequer participar das plenárias ou puxar assembleias, a Fentect foi atrás das bases para realizar o debate sobre o Postal Saúde e, se necessário, organizar esse espaço deliberativo. Foi assim que Bahia deflagrou greve e assim Goiás forçou sua direção a chamar uma assembleia.

No Paraná, 43 dias foram suficientes para tanto crescermos, quanto minguarmos em números de grevistas. Os guerreiros e guerreiras que ficaram até o final da luta estão de parabéns por se manterem firmes na defesa de nossa saúde e de nossas famílias. Sem o nosso

papel nessa luta, o Postal Saúde já teria sido implementado na íntegra. Sofremos uma perda, mas com a certeza de que essa foi só a primeira batalha de uma luta muito maior.

Maior que a tristeza de não ter vencido, é a vergonha de não ter lutado. Seguimos firmes!



PRÓXIMOS PASSOS

Continuamos firmes na luta!

A pesar da decisão do TST ter sido contrária ao interesse dos trabalhadores, saímos da greve de cabeça erguida e conscientes de que essa era a nossa única arma para tentar barrar a implantação ilegal do Postal Saúde diante da intransigência da Empresa e da omissão da Justiça.

Agora, nossa principal tarefa é esclarecer e mostrar para os colegas de trabalho porque é que a estratégia movida pela ECT e pelo governo, com o aval dos pelegos, conseguiu se sobrepôr a mobilização das lutadoras e lutadores ecetistas!

Também temos que fiscalizar e denunciar a implementação do Postal Saúde. No julgamento, a maioria dos ministros foi enfática ao dizer que seria necessário uma averiguação mais detalhada antes de decidir se a mudança na gestão modificaria “substancialmente” o funcionamento do Plano de Saúde. Por isso, cabe a nós, agora, reunir provas de que a criação do Postal Saúde já está afetando nossa assistência à saúde. Todo comprovante de cobrança indevida, tentativa de exclusão de dependentes e de mudanças na cobertura devem



ser trazidos ao Sintcom-PR para que possamos ingressar com ações jurídicas.

Não vamos aceitar calados a tentativa de retirar nosso principal benefício. Seguimos em luta!

Conrep vai definir pauta da Campanha de Lutas e continuidade da luta contra o Postal Saúde

Ainda no primeiro semestre deste ano, acontece a reunião do Conselho de Representantes (Conrep) da Fentect, que reúne delegados eleitos em assembleias de base em todo o país para definir a Pauta de Reivindicações da Campanha de Lutas 2014/2015. Para além do Postal Saúde, a Empresa já sinaliza que o próximo ataque virá em cima do nosso plano de carreira.

Essa reunião vai ser decisiva para organizar a continuidade da luta para manter nossos direitos e avançar em novas conquistas!

Olho vivo para fiscalizar como será o desconto e a compensação das horas

Os juízes do TST (ou seja, a Empresa) consideraram a greve abusiva e autorizaram o desconto salarial referente a 15 dias e a compensação dos demais dias em um prazo de seis meses. Caso haja qualquer tentativa de retaliação nesse retorno às atividades, entre em contato com o Sindicato e denuncie!

A assessoria jurídica da Fentect analisou o julgamento e fez algumas considerações acerca da compensação e desconto dos dias parados:

- No cartão ponto, os dias descontados não poderão constar a menção “falta injustificada” e sim “Falta por motivo de greve”;

- Os dias descontados não acarretarão perda do direito de férias, somente dilatação do período aquisitivo;

- Os intervalos legais entre e intrajornadas, bem como os repousos semanais remunerados devem ser respeitados;

- Em relação a quantidade de dias à compensar, os ministros não discutiram se serão cobrados os sábados e domingos. O comando Amplo e a Fentect entendem que não devem ser cobrados, afinal, não há trabalho nesses dias, então não há o que repor. Porém, é necessário esperar a divulgação do acórdão do julgamento para verificarmos se haverá alguma menção acerca da questão.

Olha só a contradição!

Enquanto a greve dos ecetistas é considerada abusiva pelo TST, o Tribunal de Justiça do Paraná aprovou na Assembleia Legislativa no dia 11 de março deste ano a criação de novo benefício para os juízes: o auxílio-moradia! Esse auxílio já existe em outros estados e em tribunais superiores.

Essa é mais uma prova de que a Justiça tem lado no nosso país e que não está a favor dos trabalhadores!

